

De: rppsassessoriaexecutiva@riopreto.sp.gov.br
Enviado em: terça-feira, 31 de agosto de 2021 13:32
Para: 'Rafael Leonardo de Almeida Costa'
Assunto: RES: EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA 001/2021 – PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Prioridade: Alta

Prezado Dr. Rafael,

Conforme solicitado, esclarecemos que o entendimento a ser adotado neste caso é de que a contagem de prazo indicada **começará no primeiro dia útil seguinte ao da publicação (ou seja, segunda-feira)**. Logo, **o termo final para apresentação de eventuais pedidos de esclarecimentos será o dia 03/09/2021**.

Sendo o que havia a esclarecer.

São José do Rio Preto, 31 de agosto de 2021.

Mário José Piccarelli de Castro
Diretor Executivo Interino

De: Rafael Leonardo de Almeida Costa <racosta@mag.com.br>
Enviada em: terça-feira, 31 de agosto de 2021 11:15
Para: rppsassessoriaexecutiva@riopreto.sp.gov.br
Cc: Consultoriajuridica <consultoriajuridica@mag.com.br>; Tatiana Cardoso Guimarães da Silva <tacardoso@mag.com.br>; Rodney de Oliveira Martins <rmartins@mag.com.br>
Assunto: EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA 001/2021 – PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Prezados Senhores(as), bom dia.

Fazemos referência ao Edital referenciado no assunto desta mensagem, para, nos termos de seu item 4.1.4, apresentar o presente **pedido de esclarecimento**, relativamente a forma de contagem de prazo, de acordo com a dúvida e fundamentação suscitadas abaixo.

Conforme se depreende da leitura do Edital, em seu item 4.1.3, o prazo para apresentação de pedido de esclarecimento é **de 5 dias corridos à publicação do Edital no DO**, o que ocorreu no dia 27/08/2021, **sexta-feira**.

A Lei Federal que regula o processo administrativo, qual seja, a Lei nº 9.784/1999, dispõe acerca dos prazos em seu artigo 66, e o faz da seguinte forma:

Art. 66. Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§1º - Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

§2º - Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

§3º - Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.

Da leitura do texto da Lei é possível constatar que o legislador contemplou expressamente, na redação do §1º, as hipóteses em que o **termo final** do prazo ocorra em “um dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal”, o que ocorre, por exemplo, com os sábados, domingos e feriados. Nesses casos, a solução foi a prorrogação para o primeiro dia útil seguinte.

No entanto, o §2º do mesmo artigo dispõe que os prazos contam-se “de modo contínuo”.

Assim, apesar de não haver referência expressa às hipóteses de contagem do termo inicial quando este tem início às sextas-feiras, por exemplo, entendemos, por analogia ao disposto no §1º do artigo 66 da Lei nº 9.784/1999, que sua contagem dar-se-á a partir do primeiro dia útil subsequente em que houver expediente na Administração Pública.

Nesse sentido, relativamente ao prazo para apresentação de pedido de esclarecimento, **solicitamos que nos seja esclarecido**: (i) se começará a contagem no sábado e, então, o prazo do pedido de esclarecimentos é amanhã, dia 01.09, ou se (ii) começará a contagem de prazo no 1º dia útil seguinte à publicação (ontem, segunda-feira) e com isso o prazo do pedido de esclarecimentos seria dia 03/09/2021.

Atenciosamente,



Rafael Costa

Advogado

Gerência de Consultoria Jurídica | Matriz

MAG é a nova Marca das unidades de negócio do Grupo Mongeral Aegon, provendo soluções de proteção individual nos diversos momentos de vida de todos os brasileiros.